

PT quer ^{Congresso} dissolver comissões do Senado

O líder do PT no Senado, Eduardo Suplicy (SP) e do PSB, Ademir Andrade (PA), denunciaram ontem que houve "uma fraude" na eleição dos presidentes e vice-presidentes das sete comissões permanentes do Senado. PFL e PMDB foram acusados de terem dividido, sem eleição e ignorando as regras de proporcionalidade, os cargos mais importantes das comissões. Suplicy pediu as atas, as notas taquigráficas e a gravação das sessões que não aconteceram e seriam necessárias para escolha do presidente e vice. A denúncia gerou debate-boca em plenário entre Ademir Andrade e o líder do PMDB no Senado, Jáder Barbalho, também paraense.

Suplicy pediu que as comissões sejam dissolvidas para que haja "uma eleição de verdade", mas o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), lavou as mãos. Afirmando que a mesa não tem poder de decidir sobre o assunto, passou a questão para discussão nas comissões e entre os líderes.

A indignação do PT se justificava: embora tenha uma bancada de

cinco senadores, número igual ao do PP e ao do PTB, não coube ao partido nenhuma vice-presidência, enquanto o PP e PTB ficaram cada um com duas vice-presidências — o primeiro na Comissão de Fiscalização e Controle e Relações Exteriores e o segundo com Serviços de Infra-Estrutura e Educação. Os vice-presidentes, na ausência do presidente, indicam os relatores dos projetos que chegam às comissões.

O senador Ademir Andrade, o único representante do PSB no Senado, entrou em defesa da tese de Suplicy. "Onde está a regra da proporcionalidade? Onde está a ética? Certos líderes que querem se tornar donos do Senado distribuíram as comissões como bem entenderam entre seus amigos", acusou Ademir Andrade. Jáder Barbalho, sentindo-se atingido, partiu para o contra-ataque: "O senhor fala de ética. Pois eu fui eleito por uma bancada e, se essa bancada quiser, me tira o mandato de líder. O senhor sim é que é um líder de si mesmo". Ao final da sessão, Sarney recomendou que os líderes se entendam em nome do bom relacionamento e funcionamento do Senado.

JORNAL DE BRASÍLIA
03 MAR 1995